

TRABALHO COLABORATIVO ENTRE O PROFESSOR DO AEE E O PROFESSOR DA SALA COMUM: USO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

COLLABORATIVE WORK BETWEEN THE SPECIALIZED EDUCATIONAL SUPPORT TEACHER AND THE GENERAL EDUCATION TEACHER: USE OF ASSISTIVE TECHNOLOGIES IN INCLUSIVE EDUCATION

Jailma Belarmina de Moraes
jailmabelarmina@gmail.com

Resumo: Diante de várias temáticas abordadas no campo da educação, acreditamos que a reflexão entre o trabalho colaborativo deve ganhar mais destaque, uma vez que o mesmo se torna essencial ao desenvolvimento das habilidades cognitivas dos estudantes, dessa forma, proporcionar uma discussão sobre a temática tem sua relevância. O trabalho colaborativo na educação especial tem sido uma temática bastante debatida dentro do contexto educativo, uma vez que pode tornar-se um mecanismo para a melhoria da qualidade do processo educativo. O objetivo do estudo é analisar a percepção de professores acerca do trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, na qual foi realizada uma entrevista semiestruturada, a fim de compreender a percepção dos professores de forma mais aprofundada. Percebe-se no entanto, que professores, profissionais de apoio a própria rede de Ensino ainda mantêm resistências nesse processo.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Educação Especial; Trabalho Colaborativo.

Abstract: Amidst the various themes addressed in the field of education, we believe that reflection on collaborative work deserves greater prominence, as it is essential for the development of students' cognitive skills; thus, discussing this topic is highly relevant. Collaborative work in special education has been a widely debated

subject within the educational context, given its potential to serve as a mechanism for improving the quality of the educational process. This study aims to analyze teachers' perceptions regarding collaborative work between general education teachers and Specialized Educational Support (AEE) teachers. Methodologically, this is a qualitative study employing semi-structured interviews to gain a deeper understanding of the teachers' perspectives. However, it is evident that teachers, support professionals, and the education system itself still harbor resistance toward this process.

Keywords: Specialized Educational Support; Special Education; Collaborative Work.

1 INTRODUÇÃO

O processo de inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) não é algo que acontece de forma isolada, ou que se promove apenas por meio de legislações ou marcos legais, mas deve ser pensado em toda uma rede de colaboração e ações conjuntas, quando se põe essa reflexão em debate, uma das principais questões que deve se colocar à frente é a discussão sobre o acesso e permanência desses sujeitos na escola. A partir da garantia de acesso à escola e uma educação de qualidade, os sistemas educativos devem criar ações e mecanismos para garantir uma rede de colaboração que envolva todos os sujeitos, de forma que, a educação inclusiva seja algo promovido de forma intersetorial e colaborativa.

Essa relação deve ser ainda mais estreita quando esse diálogo é proposto entre o professor da sala de aula comum e o professor do Atendimento Educacional

Especializado (AEE), aos quais, propõem-se um diálogo ininterrupto sobre o aprendizado e o bem estar da criança na escola, garantindo seu aprendizado e desenvolvimento a partir de suas especificidades. Pensar a educação numa perspectiva colaborativa implica em estabelecermos um diálogo entre diferentes modalidades educativas, em que haja uma relação direta que tenha como finalidade o sucesso da criança e o desenvolvimento do processo de aprendizagem.

Damiani (2008) ao falar do processo colaborativo na escola, nos convida inicialmente a promover uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, a autora, menciona então uma cultura de colaboração na escola, ou seja, fundamentando-se em autores da área, a autora diz que *“a colaboração pode ser entendida como uma filosofia de vida, enquanto que a cooperação seria vista como uma interação projetada para facilitar a realização de um objetivo ou produto final”* (Damiani, 2008, p. 2015). Nesse sentido, a prática colaborativa teria uma finalidade, que seria a melhoria da aprendizagem e a cooperação mediante os processos pedagógicos, relacionando com o AEE, a colaboração visa construir uma rede de saberes e ações que garantam o aprendizado e o sucesso da criança.

O processo de inclusão está fundamentado em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos,

presente em todas as modalidades educativas, esse princípio busca garantir que todos os sujeitos tenham os mesmos direitos a uma educação adequada, fundamentando nos princípios de qualidade e equidade.

Na perspectiva da educação inclusiva, a escola assume um papel decisivo e central para garantir as condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos em igualdades de condições em todas as escolas regulares de ensino. Sendo assim, cabe destacar a importância documentos e marcos legais como a Declaração de Salamanca (1994)¹ que defende que a escola deve assegurar e garantir a educação de pessoas com deficiência e propiciar a mesma educação dada a todas as crianças atendendo a todas as especificidades delas.

Desde a Declaração de Salamanca os países passaram a adotar uma nova relação frente ao paradigma da inclusão, inserindo a discussão dentro do conjunto de políticas, essas novas dinâmicas sociais também criaram a perspectiva de que a educação especial não acontece de forma isolada, mas faz parte de um conjunto de práticas e ações que se materializam diariamente na escola e por meio do diálogo com outros saberes.

¹ Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. A íntegra do documento pode ser acessada em: [https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf](https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf). Acesso em 12 de setembro de 2026.

Assim, tem início a construção de uma nova política de educação especial que é determinada como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e realiza o atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar a formação dos alunos público-alvo da Educação Especial, conforme mostra o Decreto nº 3.298² que visa assegurar os direitos individuais e sociais da pessoa com deficiência onde coloca a responsabilidade sob os órgãos e entidades do Poder Público de garantir esse direitos, que regulamenta a Lei nº 7.853/1989³. No entanto, o que se percebe é que o Brasil tem muito ainda a avançar no oferecimento dessa política pública, de forma a vir a garantir plenamente o exercício da cidadania desses sujeitos.

Em 2008, estabeleceu-se a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, documento orientador para estados e municípios organizarem suas ações no sentido de transformarem seus sistemas educacionais, em sistemas educacionais inclusivos. A proposta de educação inclusiva nesse sentido, advoga por uma prática em que os sujeitos sejam não apenas incluídos dentro da sala de

aula comum, mas que possam participar do processo educativo em sua completude, assim, a colaboração entre o professor do AEE e o professor da sala de aula regular torna-se um pressuposto, não apenas teórico, mas também prático.

Na literatura, o termo colaboração assume diferentes significados, dependendo do contexto e da abordagem proposta, a primeira vista o termo poderia significar ajuda, auxílio ou mesmo uma atitude empática frente a necessidade do outro. Araruna (2018) destaca que há ambiguidade e complexidade no conceito, especialmente quando vem associado a outros termos.

No campo da Educação Especial identificamos alguns modelos que estabelecem essa relação: Ensino colaborativo ou Coensino, Consultoria Colaborativa e AEE itinerante. Em todos os modelos, a prática colaborativa é essencial, no entanto, sofrem variações em como são organizados.

Para a autora, um dos termos que mais pode se aproximar da abordagem necessária para a educação especial, consiste na consultoria colaborativa, assim:

A consultoria colaborativa escolar pode ser definida como a atuação de profissionais de diferentes áreas de atividade desempenhando a função de consultores dos professores no

² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em 10 de setembro de 2026.

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em 10 de setembro de 2026.

processo de inclusão escolar. Envolve o trabalho de um consultor para executar intervenções com professores e pais que venham a atender às necessidades e interesses dos alunos. Ressalte-se que este tipo de parceria deve ocorrer em uma relação igualitária, sem subserviências ou hierarquizações de forma a reunir os esforços dos mesmos para tomar decisões voltadas à resolução de problemas (ARARUNA, 2018, p. 38).

Assim, destaca-se o papel da parceria, uma parceria que pense a educação como uma relação igualitária entre todos os sujeitos, independente de suas necessidades ou dificuldades de aprendizado. E complementa, afirmando que:

Envolve educadores do ensino comum e outros profissionais (fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, especialistas em educação especial). Esta concepção é organizada de forma que, ao invés de retirar os alunos da escola para serem atendidos por especialistas, a consultoria colaborativa prevê a atuação dos especialistas na escola

dando orientações e suporte necessário focando em um ou mais alunos específicos, porém de forma que seja reconhecida a importância do professor na solução dos problemas a serem sanados (ARARUNA, p. 38).

Assim, corroborando com os estudos de Silveira et. al., (2012), o trabalho colaborativo na educação visa atingir objetivos comuns negociados pelo coletivo mantendo relações que não priorizam a hierarquia, mas estabelece a corresponsabilidade pelas ações dentro do ambiente escolar. Partindo desse pressuposto, Valle e Connor (2014) defendem que a escola inclusiva, precisa necessariamente de um trabalho colaborativo, onde o fazer pedagógico seja relacionado diretamente com as práticas e ações inclusivas, desenvolver uma atitude colaborativa é analisar criticamente a realidade, submetê-la a uma reflexão docente e por fim, oferecer ações concretas em que a criança seja contemplada com uma educação que seja de fato inclusiva e que promova a equidade. Sob essa perspectiva, pesquisas realizadas no Brasil indicam que os trabalhos colaborativos entre professores trazem inúmeros benefícios para escola como um todo (PIRES, 2024; SILVA, 2020).

As escolas tornam-se mais inclusivas e ajudam o aluno a tornar-se mais motivado

para o estudo. Sendo assim, o trabalho colaborativo se apresenta como uma estratégia pedagógica que contempla não só os alunos com público-alvo da Educação Especial, mas todos os educandos. Com isso, alguns trabalhos apontam resultados satisfatórios para quem investe nesse tipo de cultura.

O trabalho colaborativo entre o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os professores do ensino regular é fundamental para proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais. Esse apoio especializado ao profissional que está atuando in loco pode trazer inúmeros benefícios para que a inclusão educacional de fato se efetive. Porém, ainda é necessário estabelecer fluxos e protocolos para a realização desse apoio educacional especializado aos professores do ensino regular.

A atividade colaborativa busca fazer com que a partir da prática docente, toda a comunidade escolar se envolva de forma reflexiva e colaborativa no desenvolvimento e no bem estar das crianças com NEE. Assim, essa reflexão é ampliada a partir daquilo que Rausch e Schlindwer (2021, p. 122), afirmam ao estudarem a temática:

A discussão coletiva, reflexiva e crítica leva a

caminhos de transformação. É preciso que os educadores percebam que o momento é de conquista, de solidariedade, de união, de troca, de envolvimento, de discussão reflexiva/coletiva sobre o ato de ensinar e aprender. Cabe a eles conquistar espaços na escola para que isto realmente se concretize. O ideal seria que toda comunidade escolar se envolvesse em torno do projeto escolar.

Para que isso ocorra, se faz necessário professores capacitados para integrar todas as dimensões de forma pedagogicamente relevante, diminuindo as barreiras e ampliando o potencial educacional. Afinal, o professor deve ser o sujeito que, por meio de sua formação, contribua para as mudanças necessárias na sociedade, na medida em que uma prática singular poderá ser determinante para a transformação da qualidade de ensino (RAUSCH e SCHLINDWER, 2021).

É, pois, a partir do processo transformativo do diálogo e da prática colaborativa que a real transformação ocorrerá. Ao propor o atendimento dos estudantes em serviços paralelos aos da sala de aula comum e adotar como formato de AEE, a Sala de Recursos Multifuncionais, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL,

2008) buscou com esse atendimento minimizar as barreiras para o acesso à educação, e garantir que todos tenham iguais oportunidades de acesso.

O trabalho colaborativo entre o professor da sala e o especialista é essencial para o desenvolvimento da criança com deficiência visual desde a educação infantil, mas não somente nela, tendo continuidade por todas as etapas escolares e exteriores à escola.

Para tanto é necessário que a sala de recursos seja o apoio da sala comum, assim o professor estará recebendo apoio do professor especialista e um trabalho em conjunto, de forma colaborativa pode aprofundar o conhecimento de ambos sobre as deficiências e sobre as necessidades educacionais de cada criança, de forma que os dois possam trabalhar cada vez mais, naturalmente juntos, seja em atividades de rotina com adaptações comuns, seja em atividades periódicas, que requerem maior adaptação e recursos diferenciados.

Para Vilaronga e Mendes (2014) p. 148, os “papéis podem ser diferenciados e confusos em alguns momentos” e essa diferenciação e confusão que faz parte do cotidiano escolar que pode colaborar para o trabalho conjunto ou fadá-lo ao fracasso. Brandão e Ferreira (2006) p. 495, defendem que “as adaptações dos contextos podem fazer toda a diferença entre uma criança estar

meramente presente na sala de aula ou estar ativamente envolvida com os seus pares ou nas atividades propostas”. Os recursos didáticos devem ser confeccionados atendendo as necessidades do aluno com deficiência visual, seja de forma mais simples com relevos nas figuras ou com construções mais elaboradas, como maquetes e formas tridimensionais.

Trabalhar de forma colaborativa, portanto, exige a participação efetiva dos(as) professores(as), para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao currículo e propiciem a participação ativa de todos os estudantes, valorizando e respeitando as diferentes formas de aprender.

Dessa forma, garantir às pessoas com deficiência acesso ao currículo implica organizar um espaço para reflexão e planejamento em conjunto, em que os(as) professores(as), tanto do ensino comum quanto da Educação Especial, desenvolvam práticas colaborativas, pois “[...] pensar sobre a ação possível, ou sobre a já realizada, é guiar a ação futura com uma sabedoria prudente na previsão ou planejamento da mesma [...]” (CAPELLINI; MENDES, 2007, p. 126).

O cerne do planejamento colaborativo, portanto, é a ideia de que os professores possam se unir para compartilhar ideias, trocar experiências, debater estratégias de ensino e construir planos de aula conjuntos, de forma que os conteúdos e

temas a serem trabalhados sejam pensados de forma integrada, isso, portanto, só pode ser realidade a partir de um planejamento coletivo. É por meio do planejamento que os professores preveem suas ações e orientam a sua prática, assim, é importante considerar um planejamento flexível, que possibilite também aos estudantes a participação nele.

O planejamento para o educando do AEE visa atender, de forma complementar, as especificidades dele. Uma vez pensado em dupla, o planejamento foi enriquecido, pois a ideia inicial foi complementada na discussão entre as professoras. Também foi possível a confecção de recursos materiais como jogos, fichas visuais, pistas para deslocamentos e outros suportes que favoreceram a

Diante dos desafios que envolvem a escolarização de estudantes com deficiência, percebemos a necessidade de pensar o planejamento de ações educativas que considerem as potencialidades dos estudantes. Isso requer a participação de todos os envolvidos nesse processo, em momentos de reflexão e colaboração.

Recorremos ao planejamento colaborativo como possibilidade para práticas inclusivas, a fim de qualificar o ensino da sala de aula comum. Um planejamento que dialogue com as necessidades reais dos estudantes por meio da troca de saberes entre os professores do ensino comum e os professores do AEE.

Para atender os objetivos e funções traçados para o AEE, os professores e a escola como um todo precisam organizar e planejar (políticas) esse espaço de forma coletiva. Estas ações, por sua vez, implicam em uma constante revisita (práticas) aos objetivos e fundamentos (culturas) daquilo que se entende e se quer (culturas) com a educação (Santiago; Santos, 2015, p. 5).

As escolas precisam oferecer o atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares e de preferência no contra turno, pois é um apoio necessário para as crianças com deficiências, visando ajudar no desenvolvimento de seus conhecimentos. Sendo assim, faz-se necessário conhecer a concepção desses professores a respeito do atendimento educacional especializado e se há contribuições desses atendimentos para o desenvolvimento das crianças com deficiências na sala regular.

O AEE tem grande importância para as escolas, pois ajuda o aluno com necessidades especiais a desenvolverem habilidades necessárias favorecendo a sua inclusão. Percebemos que as professoras pesquisadas possuem um conhecimento amplo a respeito do AEE, e reconhecem a grande importância desse serviço para as

escolas, pois é um adicional para que seja promovido a inclusão de alunos especiais.

A atuação do discente do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é fundamental na busca por uma escola comum inclusiva. Isso envolve a construção de relações colaborativas com professores, equipe gestora (pedagógica e administrativa), funcionários da escola, famílias, comunidade escolar e rede de apoio multidisciplinar, inclusive, nas áreas da saúde e assistência social. Também é imprescindível escutar e valorizar as vozes e necessidades dos estudantes público da educação especial, sempre que possível.

O maior problema detectado nessa pesquisa, é a falta de um planejamento integrado com a professora da sala regular com a professora do AEE, pois não se concebe uma educação inclusiva com um trabalho feito de forma isolada.

O AEE por si só não garante a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, a interação da professora da sala regular com a professora da sala do AEE é de extrema importância necessitando que as ações sejam planejadas de modo a provocar rupturas com antigas concepções, através de diálogo reflexivo, levando-os a trabalharem para o alcance de objetivos comuns, respeitando a diversidade de ideias, valores, crenças e estilos de vida de todos os envolvidos na comunidade escolar.

Tendo em vista a importância de se discutir essa temática, bem como de fortalecer o trabalho colaborativo na escola, e de forma mais direta, na educação especial, é imprescindível que aconteça uma interação consistente entre a professora da sala do AEE com a da sala regular para que seja possível o desenvolvimento do potencial do aluno com deficiência.

Assim, acreditamos, que a responsabilidade pelo processo educacional é de todos os envolvidos e não pode ficar na dependência de um especialista ou de um único profissional. Espera-se que esta pesquisa tenha instigado os professores da sala regular e da sala do AEE a lutarem por um planejamento integrado, visando promover uma educação inclusiva para os alunos com necessidades especiais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se, ainda, a importância das ações pedagógicas cotidianas tais como, o uso de tecnologias assistivas, a escuta ativa e valorização das potencialidades dos estudantes, além da criação de recursos e estratégias que possibilitem a participação plena de todos nas atividades escolares, tudo isso, dar-se mediante o planejamento das ações e o trabalho colaborativo.

REFERÊNCIAS

ARARUNA, Maria Rejane. **Articulação entre a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o professor do ensino comum:** um estudo das perspectivas do trabalho colaborativo em duas escolas municipais de Fortaleza. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília/ DF, 2008.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. **O que é ensino colaborativo.** São Paulo: Edicon, 2019.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos “is”. 13. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

DAMIANI, Magda Floriana. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Revista Educar**, Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/er/a/FjYPg5gFXSffFxr4BXvLvyyx/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em 12 de setembro de 2026.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

PIRES, Michaeli Maria. **O trabalho colaborativo no atendimento educacional especializado (AEE) na perspectiva histórico-cultural.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2024.

ROPOLI, Edilene Aparecida [et al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:** a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial; Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTIAGO, Mylene Cristina; SANTOS, Mônica Pereira dos. Planejamento de estratégias para o processo de inclusão: desafios em questão. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 485-502, abr./jun. 2015. Disponível: https://www.scielo.br/j/edreal/a/Z5rLTLNdXkLFtP64PxxG97K/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em 14 de setembro de 2026.

SCHLINDWEIN, Luciene Maria; RAUSCH, Rita Buzzi. Formação continuada e pesquisa na escola: a prática docente em foco. **Revista FAEEBA**, v. 29, 2021. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-70432020000100095&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 14 de setembro de 2026.

SILVA, Isis Grace da. **Adequação curricular e ensino estruturado:** trabalho colaborativo entre professores para o desenvolvimento do estudante com TEA. Dissertação (Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2020.

SILVEIRA, Kelly Ambrósio; ENUMO, Sônia Regina Fiorim; ROSA, Edinete Maria. Concepções de Professores Sobre Inclusão Escolar e Interações em Ambiente Inclusivo: uma Revisão da Literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, v. 18, n. 4, out. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/sN6wfrgRRg6qMYNpLTHS5tR/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em 06 de setembro de 2026.

VALLE, Jean. W.; CONNOR, David J. **Ressignificando a deficiência:** da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Porto Alegre: AMGH, 2014.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; CAIADO, Katia Regina Moreno. Processos de Escolarização de Pessoas com Deficiência Visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n.1, p. 61-78,

Jan./Mar., 2013. Disponível em:
https://www.scielo.br/j/rbee/a/y7MKpNvwWVBKzf5YDJDnkk/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em 06 de setembro de 2026.